

EU SOU A NORMA: VIVER E TER UMA VIDA MULATA EM UMA SOCIEDADE AFRICANA DE LÍNGUA PORTUGUESA PÓS-COLONIAL

Nkuwu-a-Ntynu Mbuta Zawua

Bacharel em Ciências Sociais – Produção e Políticas Culturais – IH-UCAM

Pós-Graduando em História de África e do Negro no Brasil – IH-UCAM,

e-mail: nkuwuantynu@gmail.com

Origens e disseminação na África lusófona

A colonização portuguesa teve [...] as seguintes características: negação do etnocentrismo rácico, assimilação cultural, procura de horizontabilidade no choque de culturas, convivência, acomodação ecológica a valores de culturas diferentes e produção de “casos novos”. Na verdade, essa caracterização sobre o colonialismo português não passa de um discurso apologético à colonização portuguesa (KAJIBANGA, 2000, p. 40).

Não se sabe de onde ou aonde, quem o criou e ou o porquê que o mesmo surgiu, com cerca de Três a Quatro anos ouviu-se e surgiu na sociedade angolana, disseminando-se para outros países africanos de língua portuguesa, e Portugal pela diáspora destes e a influência cultural angolana em especial a música, comunidades virtuais, vídeos no you-tube, no intercâmbio na diáspora entre angolanos e demais lusófonos e por brasileiros imigrantes em Angola. Tanto os brancos, como os mulatos e pretos fazem o uso deste para ostentar e mostrar sua condição econômico-financeira ou apenas para demonstrar um estado efêmero de ostentação de um lazer e ou situação vedada aos pretos ou simplesmente por

acharem a mesma bonita, e ou mera criatividade lingüística dos angolanos, já que ser mulato é ser a norma também estética e por não se ter a noção semântica do termo em si. Entende-se aqui a vida mulata como a norma, o ideal de ego para os não brancos e mulatos digo pretos. Assim a vida mulata é em si histórico-social, educacional, econômica, social, política, estética e ideológica, e em si um fato social. Histórico-social porque o mulato herdeiro transgeracional de uma estrutura colonial onde sempre foi tratado diferente do não mulato o autóctone, com benefícios por ser filho (a) de um colono branco/euro-europeu constituindo-se assim como uma sub-norma e norma após as independências africanas em especial nos países de língua oficial portuguesa. Educacional, pois teve condições e aceitação diferenciada no sistema educacional público oficial. Econômico porque herdou de seus pais e ou avós brancos a condição financeira e a garantia de vida e condição social melhor no pós-independência. Social porque dentro da sua identidade “quase-branca/sub-norma”. Política porque se organizaram e sonhou herdar a estrutura administrativa e política de seus pais e ou avos brancos, a colonial. Estética porque tornaram-se a norma o ideal de ego para os pretos na falta do branco. Ideológico, pois herdaram uma estrutura psíquica psicopatológica transgeracional e continuaram a se auto-distinguir e a tratar de forma diferenciada o não branco e não mulato, subentende-se aqui pretos, herdando e obtendo a nacionalidade dos pais e ou avos, operando dessa forma no novo espaço geopolítico de forma bi-volt.

A vida mulata

Termo usado para demarcar o território subjetivo e concreto dentro de sociedades africanas de língua portuguesa, o mulato aqui é analisado como categoria sócio-histórica racial porque sempre houve sua diferenciação dos demais não brancos no período pré e pós-colonial. Então o que é ter uma vida mulata ou viver uma vida mulata: a vida mulata é o lugar de vantagem estrutural nas sociedades constituídas por uma estrutura de dominação racial, é o “ponto de vista”, um lugar a partir do qual o mulato se vê e vê o preto e a ordem territorial nacional, é o locus de elaboração de sua identidade ancestral euro-européia,

marcadas previamente com a colonização¹ e não denominadas como nacionais ou normativas, já que se vive em um Estado-Nação de maioria populacional nativa africana. É o local onde o mulato faz a vez do branco colonizador na falta do mesmo, a partir desse locus comumente redenominado ou deslocado dentro das denominações étnicas ou de classe, fortalecendo-se como marcador de fronteira entre ser branco e ser preto. Assim a vida mulata é o lugar de privilégio. Embora não seja contemplada por privilégios absolutos, é atravessada por uma gama de vários eixos de privilégios ou subordinação relativos. Estes não se apagam nem tornam irrelevante o privilégio “racial”, mas o modulam ou modificam. A vida mulata é produto histórico e uma categorial relacional, pois é em relação ao preto que ela se impõe. Não possui significado intrínseco, mas detém e age a partir de seus significados socialmente construídos e cristalizados por mecanismos cristalizadores ou naturalizantes. Os significados da vida mulata têm camadas complexas e variam localmente, assim seu significado pode parecer simultaneamente maleável e inflexível. O caráter relacional e socialmente construído da vida mulata não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares sejam irrealis em seus efeitos materiais e discursivos sobre quem e como se vive como mulato. A estas heranças, vantagens e privilégios nós denominamos por MULATIDADE. A mulatidade é também entendida por nós como uma psicossociopatologia. Segundo Adler o sentimento de inferioridade convive com o desejo de superioridade. A patologia-protesto do mulato consiste no “branco”, assim como não é branco segundo critérios europeus, afirma-se por duas vias: lembrando ansiosamente sua ancestralidade branco-européia e estudando o preto como um objeto, negando a ancestralidade preto-africana em sua constituição bio-subjetiva, ao lado de quem sua brancura é ressaltada.

¹ O colonialismo é um processo dos valores Europeu Capitalista, responsável por um odioso empreendimento etnocidário. Sendo o genocídio a lógica normal, o colonialismo é portador de racismo. E é nesta gigantesca catarse colectiva que o colonialismo desciviliza simultaneamente o colonizador e o colonizado (ANDRADE apud KAJIBANGA, 2000, p. 39).

O caráter da dominação, discriminatório e racista da “*Vida Mulata*”

O campo de exercício da colonização é, por necessidade intrínseca, gerador de conflitos. Tal estado de permanente conflitualidade resulta da própria essência da situação colonial que, enquanto totalidade, espelha a complexa confrontação entre a minoria alógena e a maioria autóctone (ANDRADE apud KAJIBANGA, 2000, p.38).

Segundo Sidi Askofaré, a escravidão é uma estrutura social que induz alguém a se ver como imagina ser visto pelo senhor ou como gostaria de ser visto por ele. Essa lógica põe o senhor na posição ideal do Eu e leva o sujeito à auto-depreciação. E causa duas vertentes de patologia ao escravizado: primeira, há uma vertente negativa dos procedimentos simbólicos do avassalamento, de destruição, supressão, dissolução dos elementos (crenças, valores significantes) que constituíam a base subjetiva destas pessoas. Trata-se de uma espécie de tábua rasa, de desapossar aqueles homens de seus atributos de identificação, de fazer deles crianças neonatos, cuja data de nascimento coincidissem com a data de sua compra. Segunda, há por outro lado, uma vertente positiva dos procedimentos simbólicos do avassalamento que consistia na atribuição de uma identidade apócrifa e alienante (religião, língua do senhor ou língua que o senhor domina). Essa dominação simbólica culmina em uma dominação política, mais eficaz e perigosa, porque incide sobre os corpos por meio da língua, da religião e também do laço afetivo, com as mulheres escravas, seus filhos que são propriedades do senhor, etc. Assim, o laço social de que são presos gera e reproduz a servidão, a submissão e o desmantelamento. A dominação simbólica produz também efeitos no imaginário. São os efeitos sobre o narcisismo, o amor e apreço a si mesmo².

² GERBASE, Jairo. **Subjetividade, resistência e discurso – sintomatologia da escravidão Sidi Askofaré.** In: Seminário de Cultura Negra e Psicanálise Das Caravelas e Tumbeiros ao Hip-Hop. Rio de Janeiro, IPDH, 2008, pp. 20-34.

Desistir prematuramente do estudo de identidades raciais, por demasiado complexas e numerosas, é fazer concessão à ideologia da mistura como antídoto ao racismo. Em lugar de aderir à tese do branqueamento como resultado da mistura racial, adere-se à mistura racial enquanto tal o branco continua ocupando posições de prestígio e poder (PIZZA e ROSEMBERG apud SOVIK In: WARE, 2004, p. 366).

A independência e o pós-colônia, apesar da transferência política de brancos para pretos e mulatos, não representou a alteração da estrutura das relações sociais “a norma” na sociedade angolana. Da herança devastadora da colonização a independência nada conseguiu obter em relação à mudança da norma. A vida mulata é fruto claro da estrutura racialista e racista colonial herdada psicologicamente que se apresenta sob a forma do neo-racismo e uma neo-segregação em Angola, já que uma vida mulata é sinónimo de ter qualidade de vida. O que quer dizer que o mulato-branco, em regra geral, detém condição económico-financeira e sócio-cultural melhor em relação ao preto. A condição desejável por todos brancos, mulatos e pretos, e que ser preto em Angola é não possuir e viver em uma vida não mulata, equivalente a maiores dificuldades sócio-económicas. A estrutura sócio-económica desigual entre branco-mulatos e pretos no período de dominação colonial, apesar da mudança no poder político pós-independência em especial nas décadas de 80 e 90 do século XX, manteve-se e se mantém inalterada em termos hierárquicos ao longo dos anos de independência: no topo da pirâmide, pretos assimilados e brancos-mulatos, no meio os brancos-mulatos e na base os pretos, perpetuando-se, dentro dessa estrutura desigual colonial e por uma falsa identidade multirracial angolana, a angolanidade. Assim, em Angola ser mulato, em si já representa uma vantagem de cerca de 50%, dentro de uma estrutura político-ideológica e administrativa a seu favor. Por outro lado ser preto e etnicamente consciente é ter dificuldades para viver e ocupar cargos de maior relevância, sem necessariamente pertencer à máquina político-económica.

Com o fim de construir e formar uma identidade única nacional a angolidade, segundo a elite pensante e política angolana, deveria obedecer à ideologia hegemônica baseada no ideal do branqueamento a mulatidade (o etnocídio afro-africano). Dessa forma preso o escritor angolano preso na mulatidade apesar de arolar sobre Angola seu povo e cultura o faz usando uma linguagem e estética presa no olhar hegemônico europeu. Cremos que por este motivos sejam os escritores de maior visibilidade no exterior, transferindo o arroubo inconformista para a afirmação dos valores nacionais³. Transfigura a natureza em valor, recupera os personagens míticos para reacomodá-los em esquemas condizentes com o projeto nacional, e descamba para o exótico. Onde a natureza se torna protagonista, possibilitando a união das raças (africanas e européia): valorizando os seus, e restabelecendo o tempo da lenda, projetando os personagens na atemporalidade, em paralelo com o mitos euro-europeus, logo sucumbem à encomenda de exotismo por parte do Eu hegemônico. Porém a construção dessa unidade identitária angolana, uma identidade dos excluídos⁴, identidade essa onde a diferença representa uma ameaça a mulatidade enquanto local de privilégios demarcados para os interditos, constituindo-se desse modo um Estado-nação de excluídos visando a inclusão de todos aqueles que se identificam e aceitam a mulatidade como o local de privilégios. Assim a multi-

3 Na busca para construir uma nacionalidade e Estado-nação, o crioulo* e os europeus em conflitos com a Europa, imaginaram suas novas comunidades desligadas da metrópole, como mecanismo de negar e relegar os males do escravismo, e colonialismo como intrínsecas das metrópoles e não do Novo Mundo.

4 A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e dignos, no circuito reprodutivo das atividades, econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. Na análise psicológica, essa lógica dialética inverte a idéia de inclusão social, desatrelado-a da noção de adaptação e normatização, bem como de culpabilização de coação. A lógica dialética explica a reversibilidade da relação entre subjetividade e legitimação social e revela as filigranas do processo que liga o excluído ao resto da sociedade no processo de manutenção da ordem. A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como

etnicidade é encarada como o vírus fatal a angolanidade e é encarada não como uma mais valia enquanto o elemento de unificação dos homens a própria diferença da espécie. Logo na perspectiva dos movimentos político-sociais de afro-africanos, o resgate de sua identidade cultural, do seu passado histórico negado e falsificado, da consciência de sua participação positiva na construção do Mundo moderno no nosso caso o Angola. Ou seja, a recuperação de sua africanidade, na sua complexidade biológica, cultural e ontológica.

O que é ser mulato e ter uma *vida mulata* em Angola

É apresentar-se como a própria norma e representar-se como o herdeiro do próprio branco-colono, o fruto “esquebra do colono”⁵ *, representa a usurpação dos direitos do preto, é ter prioridade na propaganda e meios de comunicação. É poder ter tido instrução acadêmica muito antes da criação de instituições de ensino público superior; ir à metrópole ancestral, Portugal, passar pela entrada de nacional e receber educação aos moldes dos avôs e pais. É poder entrar e sair da nacionalidade a angolanidade⁶ quando bem entender porque é ser possuidor de dupla nacionalidade em sua maioria portuguesa e angolana. Ser mulato é ter uma vida mulata é ser a norma, o signo, o símbolo e significado de status é ser rico economicamente e subjetivamente. E não ter vida mulata é ser preto e pobre economicamente e subjetivamente. É poder ter tido chance de não ser “rusgado”⁷ ou “não-rusgado” pois foi resgatado pela nacionalidade portuguesa

identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (SAWAIA (org), 2008, pp. 8-9).

⁵ Termo usado em Angola para se referir ao mulato como o resultado e fruto de uma relação entre não branco e branco, e o que ficou e ou restou do colonizador e o representa contemporaneamente.

⁶ A angolanidade requer enraizamento cultural e totalizante das comunidades humanas, abarca e ultrapassa dialecticamente os particularismos das regiões e das etnias, em direcção à nação. Ela opõe-se a todas as variantes de oportunismo (com as suas evidentes implicações políticas) que procuram estabelecer uma correspondência automática entre a dose de melanina e a dita utenticidade angolana. Ela é, pelo contrário, linguagem da historicidade dum povo (ANDRADE apud KANDJIMBO, 2000, p. 48).

⁷ Ato de “sequestrar” para o serviço militar compulsório em épocas da guerra civil angolana.

ou por um parente. Assim não ir à kwemba,⁸ “à frente-guerra” e poder estudar e tornar-se um oficial na carreira militar. É passar pelo quatro de fevereiro sem ser importunado sobre sua situação militar e embarcar para o estrangeiro sem dificuldade e ainda encontrar uma tripulação quase que toda ela branca-mulata na TAAG. É sair e entrar, de forma segura e garantida da angolanidade. Durante os 30 anos de guerra, não ter sido mutilado em combate, mas ter tido e sido um oficial superior (coronel, brigadeiro, general) do exército, marinha, aeronáutica, inteligência.

E é saber que ao preto essa saída e entrada já foram previamente condenadas a uma quase impossibilidade. É poder sair às ruas e não se deparar com mendigos, pedintes, mutilados e dilacerados de guerra brancos-mulatos. Ser mulato é não viver no musseque⁹ é ser o asfalto. Ser mulato é poder viver de forma segregada e não segregada “em ambientes mulatos”, poder fazer e escolher o papel social e não fazer parte do lado dos excluídos. É poder se gabar que se vive na melhor sociedade africana onde a ancestralidade étnico-racial não importa afinal somos todos Manuéis, Pintos, Santos, Gutiérrez... É saber que os preto (as) sonham em ir para cama ou aparecer em público com um (a) mulata (o) símbolo de poder, conquista, e desgraça; já que o velho ditado afirma “se quiseres desgraça em sua vida compra uma Kombi, arranja uma sogra feiticeira e uma mulher mulata”. É ter a consciência de que se é à norma e de que vai continuar a sê-la por um tempo não demarcado. Logo isso é a VIDA MULATA na terra da “democracia e igualdade racial” !?!

Referencias bibliográficas

ANONIMA. Carta dos mulatos a nação angolana - nós mestiços em estamos em todos os sectores da sociedade. Disponível em: http://chelapressonline.blogspot.com/2007_11_01_archive.html, Acessado em: 20

⁸ Equivalente a vida militar no, frente de combate.

⁹ Bairros periféricos de Luanda “Angola” sem urbanização.

de Abril de 2009.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Ed. 6ª. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Ed. 3ª. Petrópolis, Vozes, 2002.

CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. **As relações étnicas em Angola: as minorias brancas e mestiças (1961-1992)**. Disponível em: http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r_etnicas.htm, Acessado em: 20 de Abril de 2009.

FANON, Frantz. **Peles negras mascaradas brancas**. Salvador, EDUFBA, 2008. INSTITUO AMMA psique e negritude. **Os efeitos psicossociais do racismo**. São Paulo, AMMA/Imprensa Oficial 2008.

KAJIBANGA, Vítor. **A alma sociológica na ensaística de Mario Pinto de Andrade - uma introdução ao estudo da vida e obra do primeiro sociólogo angolano**. Luanda, INIC, 2000.

LACAN, Jacques. **Complexos familiares**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.

MARRATZU, Priamo. **Angola e Brasil: realidade, ficção e democracia racial**. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/marratzu-priamo-angola-brasil.pdf>, Acessado em: 20 de Abril de 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

RESWEBER, Jean Paul. **A filosofia dos valores**. Coimbra, Almedina, 2002.

WARE, Vron (org). **Branquitude: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro, CEAB/Garamond, 2004.